

**MENARIN, Carlos Alberto. *À Sombra dos Jequitibás: o Parque Estadual de Vassununga entre os interesses públicos e privados (1969-2005)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.**

**Roger Domenech Colacios**

**Universidade de São Paulo**

A cidade de Santa Rita do Passa Quatro no interior do Estado de São Paulo ficou conhecida no cenário nacional pela presença de Zequinha de Abreu, criador em 1917 de “Tico-Tico no Fubá”, música que foi eternizada na voz de Carmen Miranda e no cinema hollywoodiano. O município, no entanto, faz parte da área de produção agrícola do Estado, composta inicialmente por fazendas de café e depois no início do século XX sendo substituído pela plantação de cana de açúcar, e vivendo sob esse regime econômico desde sua fundação.

Santa Rita também é celebre por seus Jequitibás. Árvores de grandes dimensões e que compõem o ecossistema da região, um bioma misto de cerrado e da mata atlântica. Os Jequitibás, agora em menor número do que foram encontrados no início da colonização de Santa Rita e seus arredores, fazem parte atualmente do Parque Estadual de Vassununga—área de proteção criada em 1970 e cujos percalços, como os desdobramentos políticos e sociais, além das implicações econômicas, fizeram parte da pesquisa de mestrado do historiador Carlos Alberto Menarin pela UNESP/Assis e lançada em livro em 2011.

A pesquisa se insere em uma área da historiografia que vem ganhando espaço no Brasil desde meados da década de 1990, a História Ambiental. Trata-se de uma proposta de estudos que traz o meio ambiente, nas relações entre sociedade e natureza, para dentro do campo historiográfico. A área pode ser considerada como uma agregadora de disciplinas, tendo como uma de suas ferramentas metodológicas e teóricas, a interdisciplinaridade. Assim, Menarin procura ao tratar de meio ambiente e história, trazer elementos das ciências naturais para compor o conhecimento produzido, além de outras áreas das ciências humanas.

Esta orientação proporciona aos pesquisadores deste campo uma variedade de fontes e de conceitos para fundamentar suas análises em relação à temática, as que pode provocar certo desequilíbrio, quando determinada disciplina acaba por se sobrepor as demais, ou mesmo quando ficam minimizadas as contribuições de outra – um caminho que o pesquisador percorre sempre em cima da corda bamba, procurando o equilíbrio correto na construção de sua narrativa histórica.

Em seu livro Carlos Menarin percorre esse caminho. Com o objetivo de traçar os processos de construção do Parque Estadual de Vassununga entre os anos de 1969 e 2005, o autor irá dialogar com a ecologia e a biologia, além do direito, política, economia e sociologia, construindo uma argumentação interdisciplinar para levar adiante a chave interpretativa de sua pesquisa: a constituição de uma reserva de proteção ambiental pautada pelos interesses públicos e privados.

Percorre o caminho, porém, não sem alguns desequilíbrios. Por vezes o Parque, protagonista da sua análise histórica, perde espaço para a história local, ficando como pano de fundo ou mesmo esquecido sem mostrar as conexões diretas com o tema principal – problema que todo historiador ambiental tem que enfrentar na caminhada da interdisciplinaridade. Mas este pequeno desequilíbrio não tira o mérito do livro, apenas exige que o leitor tenha o dobro de atenção nestas passagens para que não perca o foco da obra.

Esse pequeno desequilíbrio, provocado pela série de conexões que envolvem a criação do Parque de Vassununga, acaba levando o historiadora reconstruir a história do município de Santa Rita do Passa Quatro, algo que acaba trazendo ao leitor desde a constituição do poder político e econômico da cidade até mesmo as percepções recentes dos estudantes sobre o parque em questão. Isso gera uma extrapolação bem-vinda do recorte temporal previsto (1969-2005), mesmo que em detrimento do foco principal. Como resultado, temos uma análise baseada em uma variedade de fontes que vai desde a legislação ambiental em suas várias instâncias, jornais, o processo jurídico de criação da área, além de estudos sobre as bacias hidrográficas, planos de manejo e também relatos memorialísticos de habitantes da região.

Longe das preocupações ambientalistas o Parque de Vassununga, como afirma Menarin, foi o resultado dos interesses dos fazendeiros da região e do Estado de São Paulo. Os primeiros estavam interessados em lucrar com um espaço que já não conseguia produzir como em períodos anteriores, que gerou a desvalorização das terras e a perda de capital de seus proprietários. E o segundo procurava se inserir na legislação federal, tentando garantir a preservação de uma das poucas áreas de cerrado que ainda existem na região.

Dessa forma, procurando analisar o jogo de interesses privados e públicos na criação de uma área de proteção ambiental, Menarin divide seu trabalho em cinco capítulos, partindo desde a discussão sobre a legislação ambiental brasileira e sua política de parques florestais, e entrando nos elementos culturais da cidade de Santa Rita do Passa Quatro,

como a criação de um museu em homenagem a Zequinha de Abreu e que acabou agregando em sua coleção a cultura material da região, com muitos objetos sendo oriundos da área do Parque de Vassununga.

O nome do parque está ligado à Usina de Vassununga, uma fábrica de produção de açúcar, montada pelos proprietários de plantação de cana do município. A usina entrou em processo de falência em 1969, segundo nos conta Carlos Menarin, devido à pouca fertilidade das plantações e os preços do açúcar no mercado externo em queda. A Companhia de Vassununga foi então adquirida em leilão público por empresários da região, com um valor bem abaixo do esperado, não conseguindo saldar a dívida que a mesma havia contraído com diversos credores.

Entretanto, anteriormente ao início de sua venda, já havia o plano do governo estadual em desapropriar parte das terras que compunham a usina para o estabelecimento de um parque. A intenção do governo estadual era de preservar tanto o remanescente do bioma de cerrado, um dos poucos que haviam sobrevivido à destruição na busca de terras para o plantio de café e posteriormente cana de açúcar. Além disso, uma floresta de jequitibás também estava nas terras da Usina de Vassununga. Essas árvores de imenso porte eram inclusive uma atração turística da cidade, quando muitos visitantes procuravam serem fotografados ao lado destes gigantes da natureza.

Tem início um processo judicial entre os novos proprietários da usina e o governo do Estado pelo valor da indenização. A ação durou pouco mais de uma década, sendo que os valores que o Estado de São Paulo teve que pagar para os proprietários ficaram muito acima daquilo que os mesmos pagaram por toda a propriedade da usina de Vassununga e também daquilo que deveriam pagar os credores. Trata-se da sobrevalorização de uma área pela Justiça cuja propriedade, depois de obtida pelo Estado foi desvalorizada ao não dotar o então criado Parque de Vassununga da estrutura necessária para a visitação, segurança e acesso a pesquisa.

Neste sentido Menarin é enfático ao afirmar que estes processos de desapropriação se tornam um “instrumento favorável” para a acumulação privada em relação a recursos naturais que não estariam sendo utilizados na “ordem produtiva”<sup>i</sup>. Ou seja, o interesse privado lucrou com terras que não teriam lugar na produção agrícola ou pastoril, mesmo porque atendiam ao código florestal ou então seu solo não teria a fertilidade apropriada para o plantio.

A criação de parques é um tema ainda pouco estudado na historiografia nacional. Nessa linha, temos os trabalhos de José Augusto Drummond e de José Luís de Andrade

Franco sobre o Parque da Tijuca no Rio de Janeiro<sup>ii</sup>, além dos trabalhos sobre a destruição da Mata Atlântica do brasilianista Warren Dean<sup>iii</sup>. O livro de Menarin é uma importante contribuição a História Ambiental brasileira, especialmente na investigação das criações de parques federais, estaduais e municipais. Além disso, sua pesquisa traz em primeiro plano o problema da posse dos recursos naturais e as questões envolvidas na preservação do meio ambiente no Brasil, enquanto resultante dos interesses privados acima do bem público.

---

<sup>i</sup> Pp. 234-235

<sup>ii</sup> FRANCO, José Luiz de A. e DRUMMOND, José A. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional do Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2009.

<sup>iii</sup> DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.